

Tese revela ideologia nas redações escolares

Lúcia Helena Gazolla

BELO HORIZONTE — A utilização de critérios subjetivos na avaliação das redações escolares, de modo a ajudar a garantir a hegemonia das classes ricas sobre as camadas pobres, e a atuação dos professores como instrumento de “inculcação ideológica” foram constatadas pela professora Maria Ribeiro dos Santos, do Centro Pedagógico da UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais. Ela pesquisou, para sua dissertação de mestrado em educação, naquela universidade, a avaliação, feita pelos professores, de redações de alunos da segunda série do primeiro grau em escolas particulares, que atendem crianças de classe média e alta, em escolas públicas da periferia desta capital, em que estudam os mais pobres, e em escolas onde coexistem as duas classes sociais.

Concebendo a língua como forma de perceber a realidade e estruturar o pensamento, a professora afirma que há duas línguas no Brasil: a da classe dominante, que é tomada, nas escolas, como o padrão de linguagem, e a da classe dominada, que é forçada a utilizar o mesmo modelo da classe dominante. Assim, segundo Maria Ribeiro, as crianças da periferia, que não reproduzem, em suas redações, o conteúdo ideológico difundido pelos professores, recebem conceitos “fraco” ou “fraquíssimo”, apesar de cometerem erros objetivos (de ortografia, pontuação e construção de frases) semelhantes aos alunos que aceitam o modelo dado pela escola e são agraciados com conceitos “muito bom” e “bom”.

Além de comparar a avaliação das redações naqueles três tipos de escolas, sem que as professoras soubessem que seu trabalho seria analisado, Maria Ri-

beiro as entrevistou sobre os critérios adotados na correção das composições dos alunos. E concluiu que eles não são “consistentes, neutros e objetivos” mas, ao contrário, “mascaram o verdadeiro objetivo da avaliação, que é o de preservar a hegemonia pela seleção e distribuição hierárquica dos indivíduos na sociedade capitalista”.

Ela detectou também, na metodologia usada pelas professoras, para pedir que as crianças façam uma redação, e introduzir o tema, que aquelas estabelecem um “modelo ideal” que deve ser seguido pelos alunos. A pescaria, por exemplo, só aparece sob a ótica do lazer, e nunca sob outras conotações, como meio de sobrevivência, ou a vida do pescador profissional. Também o campo é sempre local de recreação, e nunca um ambiente de trabalho braçal, árduo e pouco rentável. As professoras, segundo Maria Ribeiro, levam os alunos a tratar os temas focalizando somente o aspecto positivo.

“Realidades apreendidas na vida diária, pelas camadas mais baixas, como fracassos, injustiças e desigualdades sociais não devem ser explicitadas. A vida do explorado é camuflada pelo discurso escolar”, analisa a pesquisadora, que acaba de publicar, pela editora da UFMG, sua dissertação de mestrado, sob o título “A avaliação das redações escolares — alguns pressupostos ideológicos”.

Classificando a avaliação feita nas escolas como um “confronto entre interlocutores”, a professora esclarece que o ato de correção das redações é um “ato de coação”, que mostra em que medida o aluno incorporou a linguagem desejada e em que as expressões espontâneas das camadas populares são rejeitadas, como se fossem “erros, linguagem incorreta, grosseira e sem sentido”.